

PENSAR O ENSINO SUPERIOR E A CIÊNCIA

THINKING ACADEMIC STUDIES AND SCIENCE

Adriano Moreira¹

Por inconveniente que possa parecer, este tema do ensino superior e da ciência, que é sobretudo uma inquietação ocidental, e um desafio para todas as áreas culturais, étnicas, e religiosas, que se libertaram com a descolonização, talvez não possa evitar a questão de saber se “as potências emergentes mudaram a ordem mundial”. Ou, dito de outra perspectiva, se as antigas potências governantes de todos os povos chamados “terceiro mundo”, e que foram ocidentais, podem ganhar ou perder a “estratégia do saber” posto ao serviço da sua recuperação de hegemonia, ou se por definição deve ser considerada sempre ao serviço do património comum da humanidade. O professor Carlos R.S. Milani inicia a exposição das suas inquietações com estas palavras: “a crise da hegemonia norte-americana e do unilateralismo que dinamiza a concorrência entre as nações e abala os cálculos geopolíticos regionais, acabou com uma redistribuição dos poderes (económicos e políticos) entre a América do Norte, a Europa, a China, a Rússia, e alguns países emergentes (entre os quais a Índia, o Brasil, a África do Sul, a Turquia)? Que papel desempenham as ditas “potências emergentes” neste ensaio de reconstrução de uma nova ordem

¹ Presidente do Instituto de Altos Estudos da Academia das Ciências de Lisboa Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

mundial? Que estratégias de mudança do sistema interestático e económico desempenham?²

“O tema é de mudança da ordem mundial que foi desencadeada pela segunda guerra de 1939-45. Para esta desordem multiplicam-se as explicações, umas gerais, outras centradas em regiões historicamente limitadas, como acontece hoje com a África em particular e com o islamismo em geral. Não será grande atrevimento destacar dois elementos do desaparecimento da ordem que vigorava antes da referida guerra mundial. Em primeiro lugar, as potencias dominantes, sobretudo do que tenho chamado Império Euromundista, perderam o domínio das matérias primas, das energias não renováveis, dos mercados dos produtos acabados, e do poder de fixar os salários dos povos submetidos, o que todos eles interpretaram como expropriação de riquezas locais; em segundo lugar, nenhuma dessas potencias imperiais deixou experiência de governo democrático, porque quer os seus representantes se chamassem vice-reis, governadores gerais, altos comissários, todos exerciam uma concentração de poderes legislativo e executivo e até judicial, ainda quando, como aconteceu com o Reino Unido este se considerasse a pátria da democracia. É evidente que isto excluía as terras de povoamento anglo-saxónico, como aconteceu com os EUA que varreram as populações nativas, e aproveitaram da Magna-Carta o preceito de que não havia impostos sem votação parlamentar, num regime cheio de exclusões da cidadania política: nativos, escravos, mulheres, trabalhadores, que todos foram depois ganhando direitos a duras provas que ainda não acabaram. Por isso essas regiões do antigo chamado “terceiro mundo” não escapam à maldição da chamada “guerra em toda a parte”, do Cabo ao Cairo, gravemente na região marcada pelo islamismo, e no Oriente onde Portugal lançou os alicerces da globalização. É por isso que para grande parte do mundo o problema começa por ser o da alfabetização, uma tarefa que a UNESCO não esquece, mas que não tem ao seu dispor nem os recursos internacionais necessários, nem sempre as atenções internas indispensáveis. O próprio acolhimento do esforço e custo do ensino superior e da ciência, para se universalizar, exige mudar essa atitude básica, indispensável para eliminar o que parece ser a primeira causa de todas as crises e carências, que é o mau governo.

² Carlos R.S. Milani, *Les puissances “émergentes” changent-elles l’order mondiale?*, em *l’État du monde*, 2011, p.45

As próprias potências autodominadas civilizadas, ao lutarem pela manutenção da qualidade de vida que em parte foi apoiada no domínio colonial perdido, perceberam rapidamente que a “estratégia do saber” era o instrumento necessário, embora o credo do mercado, que animava os mercadores muito antes da intervenção dos navegantes e descobridores e que procuravam juntar cristãos e especiarias, ao mesmo tempo que acrescentavam o saber sobre o mundo, pareça ter conseguido vantagem sobre os credos dos valores, porque rapidamente a luta pelo poder assumiu a sua tradicional precedência, buscando o resultado proveitoso da eficácia. Foi uma lástima que o conceito da estratégia do saber, tão subordinado ao facto de a luta pela hierarquia das potências, mais do que ao desenvolvimento sustentado da “terra casa comum dos homens”, e ao estudo da história do género humano e não apenas de cada poder político, fosse tão condicionado pela ambição da supremacia ser também militar, o que organizou uma sementeira de capacidades de destruir o próprio Planeta Terra, fazendo do medo, mais do que da esperança, um componente do património comum da humanidade. Daqui que os riscos superem já a imprevisão das destruições supostas, façam apelo às “vozes encantatórias” que nos orientaram na organização da nova ordem tão mal sucedida depois da guerra, hoje mais raras e menos escutadas. Em meio século, depois da queda do Muro de Berlim, entraram em crise as categorias fundamentais em que então se apoiaram, como as fronteiras, ou a soberania, ultrapassada pela multiplicação das formas de guerra, o predomínio informativo da inidentidade, o pousio das instituições superanacionais no que toca aos organismos destinados às “garantias da solidez da estrutura ensaiada”: por exemplo, a passividade do Conselho de Segurança perante a questão da guerra em toda a parte, do Conselho Económico e Social nunca convocado para enfrentar a crise económica e financeira mundial e, no que respeita à União Europeia, a falta de definição de um Conceito Estratégico, e a crescente descrença no projeto expressa nas abstenções eleitorais e nas formações políticas reacionárias. Olhando para a intervenção, nesta circunstância mundial, do aparelho de investigação e ensino, tentemos evidenciar alguns aspetos das dificuldades. Em primeiro lugar, o “conceito de estratégia do saber”, que foi uma definição do Ocidente ao perder a hegemonia política colonial sobre o chamado “resto do mundo”, enfrentou ele deste modo as perdas referidas na área da economia, mas deixou as colónias libertadas sem qualquer legado de experiência democrática, que na sua tradição histórica e ideológica do século considerava componente

fundamental do “ bom governo”. Na visão que mais considero, a causa do empobrecimento e desordem de hoje, respeita sobretudo aos direitos humanos e tem por razão fundamental o mau governo. Ora, a primeira exigência da aquisição da liberdade e capacidade de escolha, avaliar e decidir sobre as circunstâncias que devem rodear a vida em sociedade, seja na pequena sociedade familiar, ou étnica, ou tribal, ou religiosa, e depois da realidade bíblica de ganhar o pão de cada dia pelo trabalho, está no “ bom governo”. O impressionante livro “ 6000 anos de pão”, de Heinrich Eduard Jacob, publicado em tradução portuguesa pela Antígona (José M. Justo), em 2003, impressiona suficientemente para repararmos em que este mundo vastíssimo foi libertado sem ter aquilo que agora chamamos instrução primária, cujo elemento mais essencial, nesta época dominada pelos meios de informação, é a extinção do analfabetismo.

A paz do mundo, base primeira do desenvolvimento sustentado, novo nome da paz, está ferida em toda a parte, estando aquela circunstância nos alicerces da desordem. É a base sem a qual o objetivo fundamental de construir o “ mundo único” e a “ casa comum de todos os homens”, hoje enfrenta sobretudo frustrações e falências. Na celebração dos 70 anos da UNESCO (2015) a professora Ana Maria Bettencourt escreveu a tal propósito estas palavras: “ a declaração sobre Educação para todos constitui um dos maiores desafios colocados ao mundo no início do século XXI. A ação da UNESCO no setor da educação tem sido notável, constituindo um motor de desenvolvimento a nível mundial.

O acesso à educação tornou-se um objetivo à escala mundial, infelizmente ainda longe de ser consolidado em virtude não só da pobreza persistente em muitos países mas também da dimensão dos meios destinados ao desenvolvimento educativo, decorrente designadamente da evolução das prioridades e da adoção de agendas ideológicas de grande insensibilidade ao futuro das crianças e jovens”. Esta carência primeira contribui para a situação de crescente abandono da área das Humanidades, indispensáveis para que o encontro, não em regime colonial, das áreas culturais diferenciadas, seja liberto dos mitos do passado, como os de negro, do judeu, do mestiço, a que se vai acrescentando o anti-islamismo dos nossos dias impedindo que o combate seja substituído pelo diálogo, a tolerância pelo respeito, os conflitos de interesses pela composição. Em suma, que os paradigmas da carta da ONU sejam tornados reais padrões de conduta entre pessoas e povos diferenciados, de modo que a estratégia do conhecimento seja imunizada do desvio que no nosso

tempo é impulsionado pelo credo do mercado sem regras éticas, e pela memória da supremacia da “estratégia militar”, servida e agravada pelo secretismo dos avanços. O século XXI parece ter começado com a esperança de Ernest Renan, expresso em 1848 em *L’Avenir de la Science*, esperando que “desde que a religiosidade do homem venha a exercer-se sob a forma puramente científica e racional, tudo o que o Estado dava antes ao exercício religioso será de direito entregue à ciência, única religião definitiva”. Infelizmente, perdida a referida superioridade ocidental, pelo domínio das riquezas, e salários do terceiro mundo, os ocidentais, os mais crentes na esperança visionária de Renan, viram a área da investigação e do ensino, condicionada pela economia do mercado, liberal e sem regras, e pela não perdida memória dos poderes militares. No que toca ao primeiro ponto, o neoliberalismo, nesta entrada do século XXI, com infelizes consequências para o sul europeu que foi do Império Romano, e que atingiu Portugal gravemente ferido pela crise económica e financeira, atacou profundamente o Estado Social, e portanto a situação humana e o seu desenvolvimento sustentado, sendo por exemplo importantes as reivindicações da chamada “saúde no trabalho”, juntando-se às inquietações sociais causadas não apenas pelas fadigas tributárias, também pelo desemprego, pelos salários manifestamente de Estado Extrativo e não Inclusivo, levando a caracterizar por vezes este século XXI como o século do “stress”. Litin, no seu estudo sobre *Le Neoliberalism Contre le Travail Humain*, conclui que “a iluminação da questão do trabalho, mais evidente no começo do século XXI do que o foi no decurso do século precedente, abriu novas perspetivas, reinterrogando sobre o lugar do económico e do humano no mundo do trabalho”³.

Olhando agora para a investigação e ensino superior parece em primeiro lugar de atender a que, transferida a competição mundial para o saber e o saber fazer, é evidente que se transformou esta numa questão de soberania, e não numa questão do mercado, um facto evidente na multiplicação de novos problemas relacionados com a hierarquia das potências, com repercussões sociais e políticas, e interesses internacionais de excecional relevo: são os Estados Emergentes (China, Índia, Brasil, Tigres, etc.), com uma circunstância inquietante: cresce a exigência de gente mais qualificada, mas também de menos gente, o que modifica a

³ Malica Litin, e *Neoliberalism Contre le Travail Humain*, in *L’Etat du Monde*, Paris, 2011, pag. 190. Ph. Dejours, *Le Facteur Humain*, PUF, Paris, 1994. George Friedman, *The Next One-Hundred Years*, Enchore Books, 2000. Naomi Klein, *La Doctrina del Shock*, Paidós, Barcelona, 2007.

problemática do desemprego, as suas consequências no Estado Social em crise. Uma coisa que não diz apenas respeito à falta de especialização, mas simplesmente à falta de empregabilidade, com efeitos sobre a imigração que acaba por abranger os mais qualificados, acelerando as migrações à medida que a angústia vai alargando o espaço da violência pelo menos moral, como está dramaticamente a acontecer não apenas no Ocidente, com destaque para a Europa. Ao que se acrescenta a intervenção de projetos políticos, que são mais espetáculo e ambição de poder do que interesse pelo serviço do bem comum, pondo em perigo a paz mundial.

O sonho de Renan, em vista da apropriação dos avanços científicos pela estratégia do poder, levou o mundo a uma situação de explosão eminente em vista da multiplicação das armas atômicas e da facilidade do ataque do fraco ao forte pelos métodos do terrorismo em prática, sobretudo depois da intervenção do chamado Estado Islâmico. Do ponto de vista social, a economia mundial sofre crises de “convalescença frágil” (Duchâtel), as finanças substituíram as ideologias pela orçamentologia, a erradicação da fome luta com a conclusão da FAO (1996) de que 825 milhões de pessoas sofrem de subalimentação, tendo chegado a 2015 sem resultados apreciáveis, e anunciando um programa para décadas de execução, mais uma vez esperando melhorar o que não foi conseguido entre o programa do Global Agricultural and Food Security Programme de 2009 e a presente programação.

A questão diplomática desde a cimeira que decorreu entre 7 e 18 de dezembro de 2009 e este ano, exigiu a organização de um Movimento para a Justiça Climática, mas as conclusões da cimeira de 2015 não foram auspiciosas, visto que os tratados assinados vão ter que confrontar os entusiasmos informáticos com os interesses, demoras, e reservas, das batalhas pela ratificação nos Parlamentos. Querendo sintetizar numa fórmula breve a relação entre a necessidade da investigação e ensino, e as consequências para o paradigma da “terra casa comum dos homens”, o mais angustiante é que “a morte prefere os pobres” (Donatien Ganier), na profecia velha de um século de Josué de Castro com a sua Geografia da Fome.

Por tudo, se a geopolítica do saber é uma exigência mundial da terra casa comum dos homens, a necessária reabilitação das Humanidades, do “credo dos valores” violado pelo “credo do mercado”, é uma exigência inadiável da paz e desenvolvimento, da dignidade igual das culturas e crenças, da efetividade dos direitos humanos, incluindo a “igualdade” da triologia da Declaração de Filadélfia, a que o atacado Estado Social, com os seus “droits prestation”, procurou dar resposta.

A Europa, no quadro da União procurou definir por Declarações, das quais sobressaiu o depois chamado Tratado de Bolonha, um espaço de ensino e investigação que parecia querer ressuscitar os tempos em que a Europa foi chamada a Luz do Mundo. Desde então a internacionalização da rede fortaleceu-se, a resposta americana e ocidental recebeu estímulos úteis, não obstante o círculo de limitações que impedem a globalização dos resultados pelo conceito redutor que liga a estratégia do saber às ambições do poder político inspirado pela memória do poder perdido no passado que se recolheu à história, deixando livre o caminho de amargura, e respetivos custos, que a humanidade vai sofrendo.

A discussão sobre a oportunidade e validade do Acordo Ortográfico tem posto em evidência que nenhuma soberania é dona da língua, pelo que não haverá nenhum acordo que impeça evoluções desencontradas. O conceito que tem circulado em algumas das intervenções, e que parece ajustado à natureza das coisas, é o que sustenta que a língua não é apenas nossa, também é nossa. É por isso que acordos, declarações, tratados, são certamente adjuvantes de uma política que mantenha a identidade essencial, mas nenhum terá força vinculativa suficiente para evitar que as divergências surjam pelas tão diferentes latitudes em que a língua portuguesa foi instrumento da soberania, da evangelização, do comércio.

Existem locais onde os factos tornaram evidente que a língua não resiste à falta de utilidade para os povos que estiveram abrangidos por qualquer daquelas atividades, e por isso o português sofre dessa erosão no longínquo oriente do primeiro império, deixou marcas pequenas em Macau, luta com o passado apagador da língua pela ocupação de Timor pelo invasor e também com os interesses da Austrália pela expansão da língua inglesa, vai enfraquecendo em Goa.

O critério da utilidade diferente para cada um dos povos e comunidades talvez por isso não seja dispensável no discurso dos procedimentos a adotar para que o essencial seja uma preocupação e empenho constante dos governos que têm a língua portuguesa como língua oficial, cada um sabendo que não é sua, é apenas também sua.

É certamente oportuno lembrar, nesta área do interesse que sustenta a língua, o facto de, em finais de 2005, o Governo de Pequim ter delegado ao governo de Macau as relações com os países de língua oficial portuguesa. O fundamento invocado e tornado público foi a utilidade de apoiar na herança cultural portuguesa o relacionamento da China com os países hoje agrupados na CPLP.

O fundamento invocado pelo governo de Macau, que reuniu naquela cidade os representantes desses Estados, mostra que os interesses da expansão económica da China não estão a ser descurados, mas deve certamente acrescentar-se o domínio da língua portuguesa para as relações diplomáticas que precedem, fortalecem e asseguram todos os interesses do conceito estratégico da China em relação a esses Estados. Deixamos uma Escola, existem hoje 14 escolas de português na China.

Também recordaremos, nesse plano dos interesses, a atenção que o Japão dispensa ao estudo e ensino da língua portuguesa, designadamente a nível universitário. Parece evidente que o Brasil é o dinamizador de tal interesse, e que não apenas as relações financeiras e empresariais são determinantes, mas também a diáspora japonesa, de grande presença no Brasil, faz parte das razões que inspiram essa política, podendo sem risco acrescentar-se o interesse académico pela história do Japão e relacionamento com a expansão portuguesa. Talvez em Goa esta última vertente do interesse pela língua ampare a manutenção de uma atenção duradoira, não apenas pela especificidade cultural do território, também pelo crescente interesse pelas raízes das famílias, e certamente pela história que fez e fará parte da circunstância do território e do seu povo. O Embaixador Aparecido de Oliveira deve ser lembrado como grande obreiro desta realização.

Mas é necessário acrescentar as comunidades de origem portuguesa, que esqueceram a língua, ou criaram um dialeto próprio, mas não são Estados, como aconteceu em Malaca e no Havai. O que me leva a sugerir que é a *comunidade de afetos* que assegura todas as outras razões pelas quais a solidariedade pode ter forma jurídica e ação efetiva. Depois, o cuidado de que embora tenha havido um passado colonial, a organização da CPLP seja de *Estados Iguais*, sem liderança particular, um defeito por exemplo evidente na União Europeia. É por isso que temos alguma preocupação com o facto de o Presidente Lula ter visitado alguns Estados de África, onde Portugal foi dominador, para pedir desculpa do passado, e estranhemos que o ilustre Fernando Cardoso, no ano passado, tinha escrito um livro sobre os brasileiros que construíram o Brasil, esquecendo a longa teoria de contribuintes que vão de Pedro Alvares Cabral a Agostinho da Silva, tendo no centro o monumento humano que é o Padre Vieira. Depois, tem de sublinhar-se que, num mundo global, nenhum país da CPLP deixará de pertencer a outras organizações.

Portugal pertence à União Europeia, à NATO, à UNESCO, como exemplo, Moçambique não pode ignorar que é porta para toda a África, a

começar pela África do Sul, que o Brasil tem de acompanhar a solidariedade da América Latina, e assim por diante: a diplomacia da CPLP exige uma qualidade excepcional para harmonizar, como tem conseguido, esta complexa situação. Por outro lado não pode ignorar definições regionais, em que nem todos terão interesse em participar, e a primeira julgo ser a indispensável organização da segurança do *Atlântico Sul*, o Oceano Moreno, expressão que usei faz dezenas de anos. A situação exige uma articulação com a NATO, uma fusão, com a linha de arquipélagos como que a separar as áreas geográficas. Mas existe um domínio onde todos têm o mesmo interesse e a solidariedade ativa é vigente.

Todos os países da CPLP são marítimos, e todos têm interesse na definição das plataformas continentais. Uma ação conjunta na ONU seria certamente uma defesa mais segura dos interesses de todos contra ambições que não faltam. Mas, por outro lado, sendo crescente o interesse mundial pelo transporte marítimo, nenhum dos países da CPLP poderá talvez ter uma frota comercial que responda à concorrência. Mas todos juntos, não seria impossível criar uma frota da CPLP, com a sua bandeira. Não faltarão juristas para dar forma ao projeto, que há dois anos interessou o colóquio organizado pela Escola da Marinha de Guerra do Brasil (EGN), e que até agora não parece ter merecido atenção.

De qualquer modo, sendo todos marítimos, é tempo de assumir que a *Estratégia do Saber* faz parte da teoria do poder deste século, e que a solidariedade universitária deve ser cultivada e levar a um património comum do saber e do saber fazer. Porque aqui está a dificuldade das ciências político-económicas, que sem elas o interesse múltiplo das adesões da CPLP será menos coletivo do que individualizado. E o nosso interesse é justamente, não tanto o do diálogo na mesma língua e o da partilha dos afetos, é sobretudo o de caminhar juntos. Como disse o Papa Francisco.

Recebido em: 10/12/2015

Aceito em: 08/02/2016